

**QUADRO INFORMATIVO**

<b>PROCESSO Nº:</b> <b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>	<b>004/2024</b> <b>001/2024</b>
<b>INTERESSADO:</b>	<b>FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ - SP</b> <b>(UASG 927142)</b>
<b>DATA DA SESSÃO:</b>	<b>15/05/2024</b>
<b>HORÁRIO DA SESSÃO:</b>	<b>09h:00m</b>
<b>OBJETO:</b>	<b>Contratação de empresa, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar especializada na prestação de serviços continuados na área de Assistência Médica ou Seguro Saúde, sem coparticipação.</b>

<b>ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>Por vida: \$244,57 (duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos).</b>  <b>Valor Mensal: \$ 67.501,32 ( Sessenta e sete mil, quinhentos e um reais e trinta e dois centavos</b>
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>	<b>Menor Preço</b>
<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>Aberto</b>
<b>AMPARO LEGAL:</b>	<b>Regido pela Lei Federal 14.133/2021 e demais legislações Pertinentes</b>
<p>O edital poderá ser obtido no site <a href="http://www.fsa.br/licitacoes">www.fsa.br/licitacoes</a> ou <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> a partir da data de sua publicação;</p> <p>Resoluções e Portarias da Lei Federal de nº 14.133/21, instituídas pela Fundação Santo André, estão disponíveis no link <a href="https://sites.google.com/a/fsa.br/licitacoes/regulamentos-internos-da-fsa-lei-n%C2%BA-14-13321">https://sites.google.com/a/fsa.br/licitacoes/regulamentos-internos-da-fsa-lei-n%C2%BA-14-13321</a> , site <a href="http://www.fsa.br/licitacoes">www.fsa.br/licitacoes</a>.</p> <p>Informações adicionais podem ser obtidas no e-mail: <a href="mailto:licitacoes@fsa.br">licitacoes@fsa.br</a></p>	

<b>SUMÁRIO</b>
----------------

1.	DO OBJETO.....	4
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	5
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	7
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. ....	9
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	10
6.	DA FASE DE JULGAMENTO.. ....	14
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.. ....	16
8.	DOS RECURSOS. ....	19
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	20
10.	DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS .....	20
11.	DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD).....	28
12.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.. ....	29
13.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	29
	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA .....	31
	APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.....	53
	ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA.....	60
	ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO.....	61
	ANEXO IV -MODELO DE CONTRATO .....	62
	ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO.....	85

## **PREÂMBULO**

1. Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ**, sediada na Avenida Príncipe de Gales, n. 821, Bairro Príncipe de Gales, Santo André – SP – CEP: 09060-650, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento **menor preço unitário**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**Data da sessão** : 15/05/2024

**Horário**: 09h00m

**Local**: Portal de Compras do Governo Federal

**Link**: <http://www.compras.gov.br>

1.2. A licitação será regida pela Lei Federal de nº 14.133/21, subsidiariamente pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, isonomia, razoabilidade, proporcionalidade, responsabilidade, transparência e justiça.

1.2.1. Resoluções e Portarias da Lei Federal de nº 14.133/21, instituídas pela Fundação Santo André, estão disponíveis no link <https://sites.google.com/a/fsa.br/licitacoes/regulamentos-internos-da-fsa-lei-n%C2%BA-14-13321>, site [www.fsa.br/licitacoes](http://www.fsa.br/licitacoes).

1.3. A licitação será em item único.

## **2. DO OBJETO**

2.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, especializada na prestação de serviços continuados na área de Assistência Médica ou Seguro Saúde, **sem coparticipação** dos empregados da FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ, para a prestação/cobertura de serviços médico-hospitalares, na segmentação ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio diagnósticos, nas acomodações quarto, para no máximo 04 (quatro) pacientes, com abrangência geográfica mínima no Município de Santo André/SP, garantindo atendimento integral, em casos de emergência e urgência em qualquer localidade do Estado de São Paulo ou procedendo o reembolso integral de despesas

realizadas no âmbito estadual; conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e seus anexos.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ( [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) ).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

#### **3.5. Não poderão disputar esta licitação:**

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou

de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8.. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10.. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11.. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2..2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, **se for o caso**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10.1. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, tendo em vista a adoção do critério de julgamento por menor preço.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca

5.1.4. Quantidade e descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implica o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 2º, inciso XIII da Lei Complementar Estadual n. 709/93 ( Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Aplica-se para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances ofertados.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Se for o caso, em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele

intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.6. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.7. empresas brasileiras;

6.21.8. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.9. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21.10. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.12. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal, técnica e demais comprovações, que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º) :

8.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço da sede da Fundação Santo André constante neste Edital.

## **10. DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS**

10.1 Conforme Termo de Referência

## **11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Portaria da Presidência FSA - Nº 009/2024) :**

**Artigo 3º** - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

**I** - dar causa à inexecução parcial do contrato;

**II** - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**III** - dar causa à inexecução total do contrato;

**IV** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**V** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**VI** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**VII** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**VIII** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- IX** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Artigo 4º** - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no artigo 3º desta Portaria, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, as seguintes sanções:

- I** - advertência;
- II** - multa;
- III** - impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§1º** A aplicação das sanções previstas nos incisos do “caput” deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à FSA, tampouco a aplicação de outras penalidades previstas na legislação vigente.

**§2º** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do “caput” deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do “caput” deste artigo.

**§3º** As sanções previstas nos incisos do “caput” deste artigo constituem-se como autônomas, sendo que a aplicação de uma não exclui a da outra, vedada a ocorrência de “bis in idem”.

**§4º** As sanções previstas nos incisos III e IV do “caput” deste artigo requererão a instauração de processo de responsabilização, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021, e de acordo com o procedimento estabelecido nesta Portaria.

**§5º** A aplicação das sanções referidas nos incisos do “caput” deste artigo não impede a FSA de determinar a extinção unilateral do contrato.

**§6º** Nos termos do §5º deste artigo 4º desta Portaria, a extinção unilateral do contrato não impede que a FSA aplique as sanções previstas nos incisos do “caput” deste artigo

**Artigo 5º** - Na aplicação das sanções previstas no “caput” do artigo 4º desta Portaria serão considerados:

- I** - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** - as peculiaridades do caso concreto;
- III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§1º** São circunstâncias agravantes da sanção:

- I** – o conluio com outro(s) licitante(s) para a prática da infração;
- II** - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;
- III** – o objetivo de cometer fraude fiscal;
- IV** - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- V** – a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;
- VI** – a reincidência, considerada como a prática de nova infração no âmbito da FSA dentro do prazo de 5 (cinco) anos contados do trânsito em julgado administrativo da sanção anteriormente aplicada;
- VII** – a conduta estiver prevista no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;
- VIII** – a conduta causar prejuízo às atividades finalísticas prestadas pela FSA;
- IX** – no contrato de prestação de serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, deixar de realizar, quanto aos funcionários alocados no contrato, o pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, o recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), e o cumprimento das normas previstas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato.

**§2º** São circunstâncias atenuantes da sanção:

- I** – a falha escusável do licitante ou contratado;

**II** - a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

**III** - a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

**IV** - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da respectiva conduta;

**V** – a imediata reparação do dano ocasionado;

**VI** – a confissão dos fatos imputados;

**VII** - quando, por sua espontânea vontade, comunicar a irregularidade à FSA da qual ainda não haja conhecimento;

**VIII** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## **Seção I**

### **Da advertência**

**Artigo 6º** - A sanção de advertência prevista no inciso I do “caput” do artigo 4º desta Portaria será aplicada ao contratado pela infração ao inciso I do “caput” do artigo 3º da presente Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

## **Seção II**

### **Da multa**

**Artigo 7º** - A multa prevista no inciso II do “caput” do artigo 4º desta Portaria será aplicada ao responsável que praticar quaisquer das condutas previstas nos incisos do “caput” do artigo 3º da presente Portaria.

**Parágrafo único.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.



**Artigo 8º** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

**I** - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

**II** - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

**III** - após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, convertendo-se, em consequência, em multa compensatória na forma do Parágrafo único do artigo 7º desta Portaria.

**§1º** Os prazos referidos nos incisos I a III deste artigo serão computados em dias corridos.

**§2º** Na impossibilidade de identificação do valor sobre a obrigação não cumprida, considerar-se-á o valor total do contrato, podendo o valor final ser reduzido proporcionalmente a critério do Presidente da FSA, fundamentadamente, salvo quando se tratar de:

**I** – serviço contínuo, cujo cálculo será o valor mensal do contrato;

**II** – obra ou serviço de engenharia, cujo cálculo será o valor da medição correspondente à mora.

**§3º** A critério da FSA, poderá ser previamente concedido prazo ao contratado para substituição ou correção do objeto.

**§4º** Quando o atraso injustificado se tratar da totalidade ou de parte do objeto, é facultado a FSA considerar, respectivamente, a inexecução total ou parcial do objeto, independente dos períodos previstos nos incisos do “caput” deste artigo 8º, bem como, em consequência, realizar a extinção unilateral do contrato com a aplicação da multa na forma do Parágrafo único do artigo 7º desta Portaria, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Portaria.

**§5º** A aplicação de multa de mora não impedirá que a FSA a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.

**Artigo 9º** - No caso de a multa aplicada mostrar-se excessivamente onerosa, desproporcional à gravidade da sanção ou ao porte do responsável, poderá o Presidente reduzi-la, fundamentadamente.



**Artigo 10** - A FSA reserva-se no direito de descontar das faturas, notas fiscais ou documento equivalente de cobrança os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas, sem prejuízo de efetuar a cobrança judicialmente.

**Parágrafo único.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela FSA ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 11** - As multas correspondem ao valor mínimo indenizatório no caso de perdas e danos.

### **Seção III**

#### **Do impedimento de licitar e contratar**

**Artigo 12** – A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no inciso III do “caput” do artigo 4º desta Portaria será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do “caput” do artigo 3º da presente Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Município de Santo André/SP, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

### **Seção IV**

#### **Da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**

**Artigo 13** - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar prevista no inciso IV do “caput” do artigo 4º desta Portaria será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do “caput” do art. 3º da presente Portaria, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do “caput” do referido artigo 3º que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a de impedimento de licitar e contratar referida no artigo 12 desta Portaria, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## **12. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

12.1. As partes se comprometem a observar, dentro de suas respectivas atividades, o disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados).

12.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

12.3. A Contratada declara ter ciência de que observará o disposto na Política de Privacidade da Contratante.

12.4. A Contratada poderá utilizar os dados pessoais, sensíveis ou não, exclusivamente para o cumprimento do objeto contratual.

12.5. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização.

12.6. Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, deverão ser observadas pela Contratada, ao longo de toda a vigência do contrato, todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais.

12.7. Eventual necessidade de utilização diversa dos dados pela Contratada deverá ser formalmente solicitada e devidamente justificada.

12.8. A responsabilidade civil de cada parte será compreendida dentre aquelas atribuídas a cada uma delas, observadas as obrigações, responsabilidades e atividades relativas ao objeto contratual.

12.9. A parte que der causa à eventual condenação, multa ou outra sanção aplicada à outra parte deverá assumir a obrigação imposta ou realizar o consequente ressarcimento.

12.10. A Contratada deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste Contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos

esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

12.11. Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018, a Contratada deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

12.12. A Contratada conservará os dados exclusivamente pelo prazo estritamente necessário ao cumprimento do objeto contratual, responsabilizando-se por toda a segurança e controle de acesso aos dados cedidos pela Contratante.

12.13. A Contratante poderá solicitar à Contratada que informe o prazo específico em que será necessária a conservação dos dados.

12.14. Uma vez finalizado o objeto contratual, a Contratada compromete-se a eliminar os dados pessoais a que teve acesso dos terminais de acesso de seus funcionários e terceiros, bem como de servidores nacionais, internacionais ou em formato de computação em nuvem (cloud computing), respeitando o prazo máximo de 15 (quinze) dias, permanecendo responsável por toda a segurança e controle de acesso aos dados cedidos pela Contratante.

12.15. A Contratada deverá, sempre que possível, comprovar a remoção dos dados prevista neste item, preferencialmente de forma documental, devendo sempre informar à Contratante sobre a finalização de tais providências e encaminhar o(s) respectivo(s) documento(s), quando for o caso.

12.16. A Contratada se obrigará, após solicitação do titular dos dados, a confirmar a existência ou o acesso aos dados pessoais, em formato simplificado, imediatamente, ou por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento, observados os segredos comercial e industrial, fornecida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data do requerimento do titular, sempre cientificando a Contratante a respeito.

12.17. Caso um titular de dados pessoais solicite à Contratante ou à Contratada a remoção de seus dados pessoais de suas bases de dados, ela deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, devendo os dados serem excluídos dos terminais de acesso de seus funcionários e terceiros, bem como de servidores nacionais, internacionais ou em formato de computação em nuvem (cloud computing), cabendo, ainda, a imediata comunicação à outra parte.

12.18. A Contratante ou a Contratada, conforme o caso, deverá, sempre que possível, comprovar, preferencialmente por meio documental, a remoção dos dados prevista neste item, bem como informar à outra parte acerca de tal providência, com o encaminhamento do(s) documento(s) pertinente(s), se for o caso.

12.19. Na hipótese de fornecimento de dados a terceiros para cumprimento de decisão administrativa ou judicial, ou para resposta a órgãos estatais competentes, a parte que compartilhar os dados – que deve se ater exclusivamente à obrigação imposta -- deverá comunicar formalmente a outra parte em até 3 (três) dias úteis.

12.20. É vedada a transferência de dados pessoais, pela Contratada, para fora do território do Brasil sem o prévio e formal consentimento da Contratante, e demonstração da necessidade da transferência ou compartilhamento, e a observância, pela Contratada, da adequada proteção desses dados, assim como o cumprimento de toda a legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

12.21. A Contratada deve notificar à Contratante, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a Contratante cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei Federal nº 13.709/2018.

12.22. A Contratada deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

12.23. A Contratada deve auxiliar a Contratante na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito da execução deste contrato.

12.24. A Contratada deve colocar à disposição da Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pela Contratante ou pessoa por ela indicada, em relação ao tratamento de dados pessoais.

12.25. O eventual descumprimento às disposições desta Cláusula por parte da Contratada a sujeitará às sanções disciplinadas no Contrato.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo e-mail [licitacoes@fsa.br](mailto:licitacoes@fsa.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Príncipe de Gales, 821 - Vila Príncipe de Gales, Santo André - SP, 09060-650 - Setor de Compras - Aos cuidados da Comissão de Licitação.*

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico da Fundação Santo André ([www.fsa.br](http://www.fsa.br)).

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.3. ANEXO II - Modelo de Proposta

14.11.4. ANEXO III - Modelo de Declaração Obrigatória

14.11.5. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

14.11.6. ANEXO V – Minuta de Termo de Ciência e de Notificação.

Santo André , 25 de abril de 2024.

---

Prof. Dr. Rodrigo Cutri

Presidente da Fundação Santo André

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. OBJETO**

1.1 O objeto licitatório é de natureza comum, por contratação de empresa, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, especializada na prestação de serviços continuados na área de Assistência Médica ou Seguro Saúde, sem coparticipação dos empregados da FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ, para prestação/cobertura de serviços médico-hospitalares, na segmentação ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio diagnóstico, nas acomodações quarto para máximo 4 pacientes, com abrangência geográfica mínima no Município de Santo André-SP, garantindo atendimento integral, em casos de emergência e urgência em qualquer localidade no Estado de São Paulo ou procedendo o reembolso integral de despesas realizadas no âmbito estadual.

1.2 A contratada deve garantir a cobertura obrigatória prevista nas normas aplicáveis ao serviço de saúde prestado, em especial as previstas na Lei nº 9.656/98, na Resolução Normativa nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, emitida pela Agência Nacional de Saúde e/ou em outras normas que as contemplem, alterem ou substituam, bem como garantir a cobertura mínima de:

- a) Quarto para 4 (quatro) pacientes, no máximo;
- b) Consultas;
- c) Prazo de internação de 365 dias por ano, tanto para internações em quartos, quanto em UTI/CTI;
- d) Parto, independentemente do estado gravídico;
- e) Moléstias infecto contagiosas que exijam internação;
- f) Exames laboratoriais, ambulatoriais e hospitalares.

1.2.1 A cobertura será automática e sem carência, a todos os beneficiários indicados pela FSA, inclusive àqueles que vierem a adquirir o direito ao plano no decorrer da vigência do contrato, respeitados os prazos de inscrição dispostos na legislação específica.

1.2.2 Para os dependentes incluídos no decorrer da vigência do Contrato, a cobertura será sem carência, desde que respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) dias do nascimento, adoção, casamento, declaração de união estável ou evento similar, nos termos da legislação vigente e condicionado à entrega da documentação devida pelo respectivo titular.

### **2. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

2.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, consecutivos e ininterruptos, com possibilidade de prorrogação, conforme Lei de Licitações nº 14.133/2021, contados a partir de sua assinatura.



2.2 Sem prejuízo do prazo estabelecido a vigência contratual dos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeito a condições resolutivas, consubstanciada na existência de recursos aprovados no orçamento do exercício para atender a respectiva despesas, sendo que, ocorrendo a resolução do contrato com base nesta condição a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

2.3 Extinção do vínculo jurídico entre as partes, qualquer que seja o motivo, na obrigação a CONTRATADA de fornecer backup integral com todas as informações, e que permitam a migração para outros softwares.

### **3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1 As despesas para atender ao contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Fundação Santo André para o exercício de 2024, bem como nas peças orçamentárias dos exercícios subsequentes.

### **4. JUSTIFICATIVA**

4.1 A contratação decorre de obrigação legal de fornecimento de assistência médico-hospitalar aos empregados conforme consta em suas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho: Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar, Sindicato dos professores da graduação e Pós graduação e Sindicato dos Professores da Educação Básica, e também oferecer aos empregados da Fundação Santo André e aos seus dependentes condições de assistência à saúde, visto que é fator diferencial na qualidade de vida dos mesmos e propicia a tranquilidade necessária para o bom desenvolvimento das atividades laborais, o que favorece o baixo índice de absenteísmo. Além disso, oferecer um plano de saúde adequado contribui para a prevenção de doenças através de consultas médicas e exames laboratoriais e é um incentivo extra na manutenção da motivação e comprometimento dos empregados.

4.2 O presente termo formaliza a contratação de plano de saúde coletivo empresarial dentro das normas e coberturas fixadas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar e envolve a promoção da saúde e qualidade de vida nas atividades laborais dos empregados consoante às diretrizes da FSA.



## **5. HABILITAÇÃO**

### **5.1 A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA CONSISTIRÁ EM:**

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresariais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedade por ações;
- d) Ato constitutivo, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- f) Registro de funcionamento, emitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, constando data de conclusão de expedição de alvará de funcionamento.
- g) Registro de Cadastro de CRM relativo ao seu ramo de atividade dentro do prazo de validade.
- h) Cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, a ser comprovado por meio de Declaração, sob as penas da lei, emitida pelo proponente, conforme modelo constante do Anexo IV.;
- i) A empresa deverá declarar que não foi considerada inidônea, sob as penas da Lei;
- j) A licitante fica obrigada a declarar, sob penalidades cabíveis, a inexistência de fatos impeditivos para habilitação, que deverá ser em papel timbrado, se possuir.

### **5.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;**

**5.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da**

Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

5.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

5.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

5.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.9 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA / OPERACIONAL E COMPROVAÇÕES:**

6.3. Apresentação da Rede Credenciada.

6.4. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades (até o limite de 50% do quantitativo previsto ) e prazos, com o objeto desta licitação, por meio de Atestado (s), expedido por pessoa jurídica de direito público e privado.

6.5. O (s) atestado (s) deverá (ão) estar necessariamente em nome do licitante.

**7. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA CONSISTE EM:**

a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

a.1) Empresas que estejam em recuperação judicial, será exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital;

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período do ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA, publicado pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE, ou de outro indicador que o venha substituir. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis publicados em Diário Oficial ou publicadas em jornais ou por cópias ou fotocópias extraídas do Livro Diário – devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou outro órgão equivalente – inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

**b.1) Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:**

b.1.1) Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornais de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b.1.2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os termos de abertura e de encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b.1.3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº. 9.317/96 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”: por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b.1.4) Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b.1.5) Caso a escrituração contábil seja na forma eletrônica, deverá estar de acordo com o disposto na Resolução CFC nº 1.299/10 e Instrução Normativa nº 107/08 do DNRC, devendo ser apresentado:

b.1.5.a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis transcritas no Livro Diário Eletrônico, com os respectivos termos de abertura e de encerramento;

b.1.5.b) Comprovante de entrega da Escrituração Contábil Digital ao SPED Contábil (Recibo de Entrega de Livro Digital);

b.1.6) Apresentação de Demonstrações Financeiras Completas, acompanhadas do Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras (Parecer de Auditoria) do último exercício. Entende-se como Demonstrações Financeiras Completas, conforme exigidas pelas normas contábeis expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, relativo ao Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.

b.1.6) Comprovação de Capital Social, totalmente registrado, integralizado e igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a permissão, relativo ao período de 12 (doze) meses, até a data fixada para a apresentação da proposta. Mediante Certidão de Breve Relato (Certidão Simplificada), expedida pela Junta Comercial ou órgão competente, devidamente atualizada ou do último instrumento de alteração contratual que comprove o Capital Social e composição societária atualizada.

b.1.7) A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através de cálculo de índices das demonstrações financeiras e/ou comprovação de Capital Social.

## **8. REGIME DE EXECUÇÃO**

Empreitada por preço unitário.

## **9. DOS BENEFICIÁRIOS**

9.1 Serão incluídos todos os empregados indicados pela FSA, mediante a entrega de cópias dos documentos pessoais comprobatórios, inclusive os relacionados aos dependentes.

9.2 Grupo inicial:

#### 9.2.1 Beneficiários:

9.2.1.1 Beneficiários titulares, são todos os funcionários da Fundação Santo André.

9.2.1.2 Os beneficiários titulares, mediante pagamento complementar e adesão facultativa devidamente documentada, poderão optar pela ampliação do serviço de saúde garantido na contratação ou entendê-lo a seus dependentes.

9.2.1.3 Demitidos sem justa causa ou aposentados que tenham sido vinculados à Fundação Santo André, na forma e de acordo com os artigos 30 e 31 da Lei nº 9656/1998, inclusive no tocante à assunção dos pagamentos e prazo de manutenção do plano, observadas, ainda, as regulamentações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e as eventuais normas internas.

#### 9.2.2 Beneficiários Dependentes:

a) Cônjuge ou companheiro(a);

b) Filho de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos;

c) Menor, que por determinação judicial, se ache sob a guarda ou tutela do beneficiário titular;

d) Enteado(a)s, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos, desde que dependam financeiramente do titular;

e) Filho(a)s, enteado(a) ou pessoas que quando menores, estiveram sob a guarda ou tutela do titular, solteiro(a)s, com idade entre 21 e 24 anos, desde que dependem financeiramente do titular e estejam matriculados em curso de ensino superior ou escola técnica de 2º grau.

f) Dependentes dos titulares demitidos sem justa causa ou aposentados que tenham sido vinculados à Fundação Santo André, na forma e de acordo com os artigos 30 e 31 da Lei nº 9656/1998, inclusive no tocante à assunção dos pagamentos e prazo de manutenção do plano, observadas, ainda, as regulamentações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e as eventuais normas internas.

g) De beneficiários dependentes cessa a condição de dependência bem como na hipótese da exclusão do beneficiário titular.

h) Em caso de morte do titular, os beneficiários gozarão da condição de beneficiário pelo período mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 24 (meses).

#### 9.2.3 De beneficiários Titulares:

9.2.3.1 Por morte;

9.2.3.2 Por exoneração ou demissão;

9.2.3.3 Por pedido do titular;

9.2.3.4 Por aposentadoria.

9.2.4 De beneficiários dependentes:

9.2.4.1 Para o cônjuge, pela separação judicial, divórcio, anulação do casamento ou cessação da situação de dependência financeira;

9.2.4.2 Para o(a) companheiro(a), a dissolução da união ou com a cessação da situação de dependência financeira;

9.2.4.3 Para o(a)s filho(a)s de qualquer condição, enteado(a) ou tutelado(a)s, ao completarem 21 (vinte e um) anos;

9.2.4.4 Para o(a)s filho(a)s, enteado(a) e pessoas que quando menores estiveram sob a guarda ou tutela do titular ao completarem 24 (vinte e quatro) anos, ainda que estejam matriculados em curso de nível superior ou curso técnico de 2º grau;

9.2.4.5 Para o menor sob guarda, pela cessação da tutela ou guarda;

9.2.4.6 Para os dependentes em geral, pelo falecimento, matrimônio, ou perda da condição de beneficiário titular, por aqueles de quem dependam.

9.3 A comprovação de dependência será efetuada mediante a apresentação de documentos legais pertinentes, tais como Certidão de Casamento, Registro de Nascimento, Termo Judicial de Guarda ou Tutela, Autorização Judicial e, na hipótese de companheiro(a), declaração do beneficiário titular.

9.4 O Atestado de Invalidez deverá ser fornecido pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social ou outro Órgão Oficial.

9.5 Incorre em falta grave o beneficiário titular que prestar informações incorretas ou falsas, visando beneficiar-se da assistência concedida, respondendo civil e criminalmente pelos seus atos.

9.6 As inclusões e exclusões de beneficiários serão processadas ao final de cada mês, passando a vigorar a partir do 1º (primeiro) dia do mês subsequente, mediante a entrega dos respectivos documentos comprobatórios e, no caso de exclusão, a devolução das respectivas credenciais.

9.7 Em toda exclusão de beneficiário, o CONTRATANTE obriga-se a solicitar a devolução das respectivas credenciais. Não sendo possível, o beneficiário titular assinará uma declaração de responsabilidade sobre o uso indevido das mesmas.

9.7.1 Na inclusão de beneficiários, a CONTRATADA deverá providenciar a emissão das credenciais de identificação e orientações sobre as vias de acesso (meios eletrônicos, telefones) à rede credenciada e demais serviços, nos primeiros 10 (dez) dias úteis após o envio da documentação pertinente.

## **10. DA IMPLANTAÇÃO**

10.1 Deverão ser confeccionados e entregues pela CONTRATADA, em até 10 (dias) úteis contados da assinatura do contrato, cartões, na Avenida Príncipe de Gales, nº 821, Vila Príncipe de Gales, Santo André –SP, CEP: 09060-650, no departamento de Recursos Humanos, em quantidade estipulada 276 vidas..

10.2 Os cartões deverão estar embalados individualmente e com identificação nominal.

10.3 Sem prejuízo no Art. 8.1, a CONTRATADA poderá fornecer cartão virtual do plano/seguro saúde, desde que, explique a forma de acesso e uso ao beneficiário e a CONTRATANTE

10.4 As informações cadastrais dos empregados/beneficiários da FSA serão fornecidas à Contratada, em meio digital, conforme leiaute de arquivos definido pelo mesmo, na data de assinatura do contrato.

10.5 Os cartões do Plano deverão conter os seguintes dados:

10.5.1 Denominação completa desta FSA;

10.5.2 Nome por extenso do funcionário;

10.5.3 Número sequencial de controle individual;

10.5.4 Natureza da contratação – EMPRESARIAL;

10.5.5 Tipo de acomodação – apartamento ou enfermaria;

10.5.6 Abrangência;

10.5.7 Descrição do plano regulamentado pela ANS.

10.6 A Contratada deverá fornecer ao Contratante para a distribuição aos beneficiários titulares do plano, informativo de acesso às vias (meios eletrônicos, telefones, endereços etc) para esclarecimento de dúvidas sobre a utilização da rede assistencial (credenciada/referenciada/congênere, etc.).



10.7 Em caso de furto, roubo, perda, extravio ou imperfeições no cartão de atendimento, a Contratada terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para confeccionar e entregar outro ao beneficiário, sem custo para o Contratante/beneficiário.

#### 10.8 Central de Atendimento.

10.8.1 A Contratada deverá disponibilizar número telefônico, para ligações gratuitas dos beneficiários, a título de Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC, disponível ininterruptamente, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia e sete dias por semana, com a finalidade de resolver demandas dos consumidores sobre informações, dúvidas ou reclamações.

10.8.1.1 As informações prestadas pelo SAC devem resolver demandas relativas a atendimento de urgência e/ou emergência, em pronto socorro ou hospital, inclusive sobre internação eletiva de urgência e/ou emergência, procedimentos cirúrgicos de urgência e/ou emergência, serviços de remoção em unidades móveis equipadas com padrões simples ou UTI em caso de urgência e realização de exames em casos de urgência e/ou emergência, no âmbito do Estado de São Paulo, bem como sobre política de reembolso, se for o caso.

10.8.2 A contratada deverá disponibilizar central telefônica de atendimento/agendamento, com funcionamento no mínimo em horário comercial (8 horas por dia de semana e 4 horas aos sábados), com pessoas habilitadas para realizar o agendamento de consultas e/ou exames, bem como informar sobre locais de consultas médicas, exame laboratorial especializado ou complementar, atendimento de urgência e/ou emergência, autorização para a realização de procedimento cirúrgico em hospitais, consultórios/ambulatórios e clínicas, internação eletiva de urgência e/ou emergência, serviços de remoção em unidades móveis equipados nos padrões ou UTI, na abrangência geográfica prevista no contrato.

10.8.3 A operadora deve garantir o acesso do beneficiário aos serviços e procedimentos definidos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS para atendimento integral das coberturas previstas nos arts. 10, 10-A e 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, nos prazos máximos de atendimento previsto no art. 3º da Resolução Normativa n. 566, de 29 de dezembro de 2022 da ANS, respeitadas normas que a substituam ou alterem.

10.8.4 A contratada deverá disponibilizar e manter atualizado, para consulta virtual, endereços para a utilização dos serviços médico-hospitalares contratados e outras informações relevantes em portal eletrônico, possibilitando o acesso dos beneficiários através da internet.



## **11. DA COBERTURA DOS SERVIÇOS**

11.1 A cobertura terá abrangência geográfica mínima no Município de Santo André – SP, garantindo atendimento integral, em casos de emergência e urgência, em qualquer localidade do Estado de São Paulo ou procedendo o reembolso integral de despesas realizadas no âmbito estadual.

11.2 Os serviços da contratada, prestados através de rede credenciada, cooperada ou própria, devem respeitar a cobertura dos procedimentos e eventos em saúde previstos na legislação e nas normas da Agência Nacional de Saúde, bem como garantir a cobertura mínima estabelecida no Termo de referência.

11.3 A ausência ou inexistência de prestador integrante da rede assistencial que ofereça o serviço não exime a contratada de garantir o atendimento, aplicando-se integralmente o que prevê a Resolução Normativa da ANS n. 566, de 29 de dezembro de 2022.

11.4 A contratada deverá comunicar imediatamente ao contratante qualquer alteração de rede credenciada/referenciada.

## **12. DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 A contratada deverá respeitar a Lei. 9.656/98 e todas as normas emanadas pela Agência Nacional de Saúde durante a vigência contratual.

12.2 A contratada deve manter-se registrada na ANS, com autorização de funcionamento/comercialização de produtos.

## **13. DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS POR FAIXA ETÁRIA**

13.1 O número estimado de beneficiários é de 276 (duzentos e setenta e seis), considerando-se os dados cadastrais dos beneficiários titulares e seus respectivos dependentes;

13.1.1 Considera-se na estimativa a admissão de novos empregados que estão em processo de admissão.

13.2 A tabela a seguir, com as respectivas faixas etárias, poderá sofrer alterações, até o início da vigência do contrato e ou durante a vigência do contrato, em

decorrência da dinâmica do quadro de empregados em razão de aposentadoria, exoneração, admissões, nascimentos, etc.

<b>IDADE</b>	<b>QUANTIDADE DE VIDAS</b>
0 a 18	39
19 a 23	17
24 a 28	23
29 a 33	24
34 a 38	27
39 a 43	27
44 a 48	22
49 a 53	12
54 a 58	31
59 ou >	54
<b>TOTAL</b>	<b>276</b>

13.3. A comprovação da rede credenciada deverá ser realizada por meio do envio de relação (em formato MS-Excel), indexada por município, contendo nome fantasia, razão social, CNPJ, endereço, telefone.

13.4 Caso seja necessário, os demais estabelecimentos deverão ser credenciados dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura do contrato

#### **14. INFORMAÇÕES DO QUADRO DE BENEFICIÁRIOS DO CONTRATO VIGENTE**

14.1 Planilha e gráfico de DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO – evolução mensal

**QUADRO DE ROTATIVIDADE DE PESSOAL**

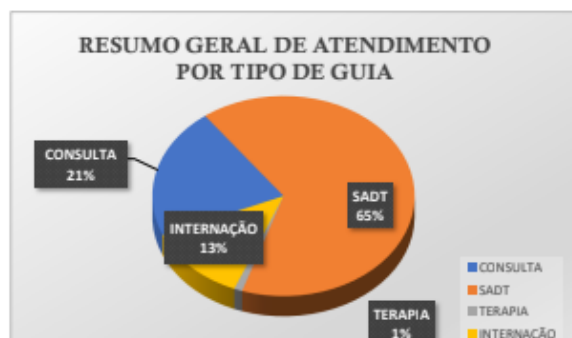
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
<b>ADMISSÕES</b>	4	21	9	6	2	0	0	28	7	3	1	1
<b>DEMISSÕES</b>	2	14	14	5	2	2	4	13	1	3	3	13
<b>TOTAL FUNC. MÊS</b>	296	303	298	299	299	297	293	308	314	312	310	298

14.2 SINISTRALIDADE no período de 04/2023 à 12/2023:

PERFIL DE UTILIZAÇÃO							
EMPRESA	CÓD. EMPRESA	DATA DA ADEÇÃO	Nº DE VIDAS	MÊS DE ANIVERSÁRIO	RECEITA	UTILIZAÇÃO	SINISTRALIDADE %
FUNDACAO SANTO ANDRE	8113	16/04/2023	280	ABRIL	R\$ 42.406,48	R\$ 30.198,56	71,21%

14.3 INDICADORES DE UTILIZAÇÃO – Tipo de eventos e origem a cobrança – competência – 04/2023 à 12/2023:

8113-FUNDACAO SANTO ANDRE	
RESUMO GERAL DE ATENDIMENTO POR TIPO DE GUIA	
TIPOS DE GUIA	%
CONSULTA	21%
SADT	65%
TERAPIA	1%
INTERNAÇÃO	12%
<b>Total Geral</b>	<b>100%</b>



14.4 DEMONSTRATIVO DOS MAIORES UTILIZADORES DOS SERVIÇOS, no período de 04/2023 à 12/2023, emitido pela atual prestadora dos serviços:

**Demonstrativo dos 25 maiores utilizadores**

**Edital - Pregão Eletrônico nº 001/2024**

8113-FUNDACAO SANTO ANDRE		
CÓD DA EMPRESA	MATRICULA	DEP/TITULAR
79	296670-0	TITULAR
79	296673-5	DEPENDENTE
79	296798-7	TITULAR
79	296504-6	DEPENDENTE
79	296623-9	TITULAR
79	296664-6	DEPENDENTE
79	296647-6	TITULAR
79	296669-7	TITULAR
79	296597-6	TITULAR
79	296672-7	TITULAR

8113-FUNDACAO SANTO ANDRE		
CÓD DA EMPRESA	MATRICULA	DEP/TITULAR
79	296492-9	TITULAR
79	298657-4	TITULAR
79	296507-0	TITULAR
79	297466-5	DEPENDENTE
79	296557-7	TITULAR
79	296636-0	TITULAR
79	296506-2	TITULAR
79	298587-0	DEPENDENTE
79	296663-8	TITULAR
79	296520-8	DEPENDENTE

8113-FUNDACAO SANTO ANDRE		
CÓD DA EMPRESA	MATRICULA	DEP/TITULAR
79	296556-9	DEPENDENTE
79	296481-3	TITULAR
79	296543-7	TITULAR
79	296611-5	TITULAR
79	296493-7	DEPENDENTE

## **15. DA FISCALIZAÇÃO**

15.1 A contratante por intermédio do gestor do contrato, e assegurada a gestão dos serviços contratados, de forma de acompanhar a execução contratual tendo livre acesso aos lugares de execução do serviço, cabendo:

15.1.1 Exercer a fiscalização dos serviços contratados, assegurando o cumprimento da execução do escopo contratado;

15.1.2 Registrar ocorrência do objeto contratado, indicando e aplicando as eventuais multas, penalizando e sanções por inadimplemento contratual;

15.1.3 Aprovar as faturas somente dos serviços efetivamente aceitos;

15.1.4 Executar mensalmente a medição do serviços, descontando-se no valor devido o equivalente a indisponibilidade dos serviços contratados e por motivos imputáveis à CONTRATADA sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato;

15.1.5 A fiscalização do serviço pela CONTRATANTE não inclui e nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e as cláusulas contratuais.

## **16. RELATÓRIOS GERENCIAIS DE ACOMPANHAMENTO**

16.1 A contratada deverá enviar até o dia 10 do mês subsequente à utilização dos serviços, os seguintes relatórios:

16.2 Relatório Operacional com a movimentação cadastral, emissões de cartões de identificação, autorizações prévias, credenciamento e descredenciamento, e outros;

16.3 Relatório Estatístico de utilização dos serviços discriminados por grupo familiar e por tipo de evento (consulta, exame, internação, etc.);

16.4 Relatório de Gestão de Riscos com indicadores comumente aceitos para a utilização dos serviços e os desvios apresentados, análise dos graus de risco da população ativa e cadastrada, e quais as ações que serão desenvolvidas para minimizá-los.

## **17. PESQUISA DE SATISFAÇÃO E AÇÕES PREVENTIVAS**

17.1 Semestralmente será realizada pesquisa de satisfação junto aos beneficiários que será enviada à Contratada para conhecimento e providências, se for o caso.

17.1.1 Uma vez em posse do resultado da pesquisa semestral, a Contratada deverá se manifestar em até 15 (quinze) dias, ocasião em que, sendo o caso, elencará as providências que serão tomadas, bem como o prazo necessário.

17.2 A constatação comprovada e reiterada de insatisfação do grupo de beneficiários poderá suscitar a rescisão do contrato nos termos da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021.

## **18. REAJUSTE**

18.1 Qualquer variação positiva na contraprestação pecuniária, seja reajuste financeiro ou técnico, deverá respeitar a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contados do início da vigência do contrato ou data do último reajuste, nos termos da Resolução Normativa RN Nº 557, de 14 de dezembro de 2022 e suas respectivas alterações ou outra nova que vier a substituí-la.

18.2 Reajuste Financeiro:

18.2.1 O reajuste Financeiro visa compensar as perdas decorrentes da inflação.

18.2.2 Os preços praticados no contrato serão reajustados financeiramente pelo índice divulgado pela ANS.

18.3 Reajuste Técnico:

18.3.1 O Reajuste Técnico visa à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial e será aplicável caso a sinistralidade do período de no mínimo 12 meses contados do início da vigência do contrato ou da última repactuação, quando a sinistralidade ultrapassar os 70% (setenta por cento).

18.3.2 O Índice de Sinistralidade, para efeito da revisão positiva da contraprestação pecuniária, será sempre o resultado da divisão total dos sinistros por data de atendimento pelo total de contraprestação pecuniária líquida cobrada durante o período de apuração. Se o IS se situar acima de 0,70 (setenta centésimos) ou 70% (setenta por cento), a contraprestação pecuniária será reajustada, conforme a seguinte fórmula:

$$IS = \Sigma Sa / \Sigma Pp \quad IR = IS / 0,70$$

Legenda :

IR = Índice de Reajuste.

IS = Índice de Sinistralidade.

0,70 = Índice Máximo de Sinistralidade.

Sa = Sinistros apurados pela contratada no período analisado.

Pp = Contraprestação pecuniária líquida paga à contratada no período analisado.

18.3.3 Caberá à Contratada a iniciativa revisional por Reajuste Técnico, cujo pedido deverá demonstrar, analiticamente, a elevação dos custos da variação dos serviços médico hospitalares e dos insumos utilizados na prestação dos serviços.

## **19. DAS SANÇÕES**

19.1 O descumprimento às normas estabelecidas neste contrato, no termo de referência, no edital e na proposta apresentada, inclusive relativa a execução do serviço, poderá ensejar na aplicação de sanções previstas no edital.

## **20. DA GARANTIA**

20.1 Garantia financeira da execução:

20.1.1 O CONTRATADO apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total/anual do contrato de 12 meses de vigência.

## **21. DO PAGAMENTO**

21.1 A Fundação Santo André pagará mensalmente à Contratada, o valor correspondente ao somatório dos valores das mensalidades dos beneficiários ativos e as demais taxas dos serviços realizados durante o mês, quando houver;

21.2 O faturamento deverá ser emitido pela Contratada até o dia 30 de cada mês, onde deverá apresentar descrição completa dos valores cobrados, detalhada por beneficiário juntamente com a nota fiscal e boleto;



21.3 A não observância do prazo previsto para apresentação da nota fiscal/fatura ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas;

21.4 Quando for constatada qualquer irregularidade na nota fiscal/fatura, será imediatamente solicitada à empresa contratada a correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a Fundação Santo André no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

21.5 O pagamento será efetuado mensalmente em até 10 (dias) úteis após a entrega da Nota Fiscal/Boleto/Descritivo faturada e regular liquidação das despesas fornecido pela Contratada;

21.6 A nota fiscal/Boleto/Descritivo deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente com as naturezas fiscais com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias.

21.7 O pagamento à CONTRATADA não será efetivado caso este não encaminhe a nota fiscal/Boleto/Descritivo “corretamente preenchido”.

21.7.1 A CONTRATANTE encontrando quaisquer divergências na nota fiscal/boleto/descritivo, especialmente no que tange ao preço e quantitativo, deverá devolvê-la à CONTRATADA, para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo será contado a partir da data de apresentação da nova a nota fiscal/boleto/descritivo corrigidos dos vícios apontados.

21.7.2 A CONTRATANTE não efetuará, em nenhuma hipótese, pagamento antecipado.

21.8 Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da Contratada, incidirá correção monetária será calculada pelo IPCA-E sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

## **22. DA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

22.1 As partes se comprometem a observar, dentro de suas respectivas atividades, o disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados).

22.1.1 As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o

disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

22.2 A Contratada declara ter ciência e de que observará o disposto na Política de Privacidade da Contratante.

22.3 A Contratada poderá utilizar os dados pessoais, sensíveis ou não, exclusivamente para o cumprimento do objeto contratual.

22.3.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização.

22.3.2 Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, deverão ser observadas pela Contratada, ao longo de toda a vigência do contrato, todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais.

22.3.3 Eventual necessidade de utilização diversa dos dados pela Contratada deverá ser formalmente solicitada e devidamente justificada.

22.4 A responsabilidade civil de cada parte será compreendida dentre aquelas atribuídas a cada uma delas, observadas as obrigações, responsabilidades e atividades relativas ao objeto contratual.

22.4.1 A parte que der causa à eventual condenação, multa ou outra sanção aplicada à outra parte deverá assumir a obrigação imposta ou realizar o consequente ressarcimento.

22.5 A Contratada deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste Contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

22.6 Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018, a Contratada deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

22.7 A Contratada conservará os dados exclusivamente pelo prazo estritamente necessário ao cumprimento do objeto contratual, responsabilizando-se por toda a segurança e controle de acesso aos dados cedidos pela Contratante.

22.7.1 A Contratante poderá solicitar à Contratada que informe o prazo específico em que será necessária a conservação dos dados.

22.8 Uma vez finalizado o objeto contratual, a Contratada compromete-se a eliminar os dados pessoais a que teve acesso dos terminais de acesso de seus funcionários e terceiros, bem como de servidores nacionais, internacionais ou em formato de computação em nuvem (cloud computing), respeitando o prazo máximo de 15 (quinze) dias, permanecendo responsável por toda a segurança e controle de acesso aos dados cedidos pela Contratante.

22.8.1 A Contratada deverá, sempre que possível, comprovar a remoção dos dados prevista neste item, preferencialmente de forma documental, devendo sempre informar à Contratante sobre a finalização de tais providências e encaminhar o(s) respectivo(s) documento(s), quando for o caso.

22.9 A Contratada se obrigará, após solicitação do titular dos dados, a confirmar a existência ou o acesso aos dados pessoais, em formato simplificado, imediatamente, ou por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento, observados os segredos comercial e industrial, fornecida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data do requerimento do titular, sempre cientificando a Contratante a respeito.

22.10 Caso um titular de dados pessoais solicite à Contratante ou à Contratada a remoção de seus dados pessoais de suas bases de dados, ela deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, devendo os dados serem excluídos dos terminais de acesso de seus funcionários e terceiros, bem como de servidores nacionais, internacionais ou em formato de computação em nuvem (cloud computing), cabendo, ainda, a imediata comunicação à outra parte.

22.10.1 A Contratante ou a Contratada, conforme o caso, deverá, sempre que possível, comprovar, preferencialmente por meio documental, a remoção dos dados prevista neste item, bem como informar à outra parte acerca de tal providência, com o encaminhamento do(s) documentos(s) pertinente(s), se for o caso.

22.11 Na hipótese de fornecimento de dados a terceiros para cumprimento de decisão administrativa ou judicial, ou para resposta a órgãos estatais competentes, a parte que compartilhar os dados – que deve se ater exclusivamente à obrigação imposta – deverá comunicar formalmente a outra parte em até 3 (três) dias úteis.

22.12 É vedada a transferência de dados pessoais, pela Contratada, para fora do território do Brasil sem o prévio e formal consentimento da Contratante, e demonstração da necessidade da transferência ou compartilhamento, e a observância, pela Contratada, da adequada proteção desses dados, assim como o cumprimento de toda a legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

22.13 A Contratada deve notificar à Contratante, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a Contratante cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei Federal nº 13.709/2018.

22.13.1 A Contratada deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

22.14 A Contratada deve auxiliar a Contratante na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito da execução deste contrato.

22.15 A Contratada deve colocar à disposição da Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pela Contratante ou pessoa por ela indicada, em relação ao tratamento de dados pessoais.

22.16 O eventual descumprimento às disposições desta Cláusula por parte da Contratada a sujeitará às sanções disciplinadas no Contrato.

### 23. ESTIMATIVA DE DEMANDA DE SERVIÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

Descrição Resumida	Qtde. estimada de beneficiários	Valor mensal unitário (por beneficiário) orçado (R\$)	Valor total mensal orçado para 276 beneficiários (R\$)
Plano de Saúde	276	R\$ 154,90	R\$ 42.752,40

Valor total orçado para 12 (doze) meses de contratação	R\$ 513.028,80
---	----------------

## **APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **Serviços Médicos**

#### **1) INTRODUÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) é elaborado em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Nesse sentido, cabe observância ao art. 6º, XX, da Lei Federal nº 14.133/2021, que conceitua o estudo técnico preliminar como o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Portanto, de modo a fixar os elementos técnicos necessários e identificar a melhor alternativa a ser aplicada à realidade da Fundação Santo André, em consonância com as normas supracitadas, o presente ETP abordará todos os aspectos pertinentes.

#### **2) OBJETO**

O objeto do presente ETP e da respectiva contratação consiste na prestação dos serviços de assistência médica, visando cumprimentos legais e saúde do funcionário.

#### **3) NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A contratação decorre de obrigação legal de fornecimento de assistência médico-hospitalar aos empregados conforme consta em suas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho: Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar, Sindicato dos professores da graduação e Pós graduação e Sindicato dos Professores da Educação Básica, e também oferecer aos empregados da Fundação Santo André e aos seus dependentes condições de assistência à saúde, visto que é fator diferencial na qualidade de vida dos mesmos e propicia a tranquilidade necessária para o bom desenvolvimento das atividades laborais, o que favorece o baixo índice de absenteísmo. Além disso, oferecer um plano de saúde

adequado contribui para a prevenção de doenças através de consultas médicas e exames laboratoriais e é um incentivo extra na manutenção da motivação e comprometimento dos empregados.

O presente formaliza a contratação de plano de saúde coletivo empresarial dentro das normas e coberturas fixadas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar e envolve a promoção da saúde e qualidade de vida nas atividades laborais dos empregados consoante às diretrizes da FSA.

#### **4) SITUAÇÃO ATUAL**

Como visto anteriormente, a Fundação Santo André está obrigada a fornecer assistência médica aos funcionários.

Para tanto, a FSA realizou licitação na modalidade pregão, por meio eletrônico, objeto do Pregão Eletrônico nº 2/2023 (Processo de Compras nº 062/2023), com vistas a contratar empresa para prestação dos serviços de fornecimento de assistência médico-hospitalar (Plano de Saúde).

Atualmente, o contrato permanece em vigor, e os serviços são prestados pela empresa UNIHOSP SAÚDE.

Todavia, diante da proximidade do término da vigência contratual e da impossibilidade de sua prorrogação (pois atingido o limite máximo legal e na forma da cláusula contratual específica), faz-se necessária uma nova contratação, considerando que os serviços são essenciais e não podem sofrer qualquer interrupção.

#### **5) HIPÓTESES DE CONTRATAÇÃO**

A forma de contratação consiste na realização de licitação, por meio da publicação de edital, a realização dos atos correspondentes e a homologação do certame ao final, celebrando-se o respectivo contrato com a licitante vencedora.

#### **6) ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**

Atualmente são **276** vidas no plano de saúde, sendo que ao longo do contrato podem ocorrer admissões e demissões que impactam na quantidade mensal.



## **7) ESTIMATIVA DE VALOR**

Dentro do presente estudo, foram analisados os históricos dos quantitativos de aquisições/prestação de serviços anteriores deste Órgão, bem como foi ponderada a possibilidade de uma margem prudente de aumento de quantitativo em razão da expansão dos serviços prestados, conforme consta no plano de contratações anual da FSA.

Desta forma, **estima-se** o valor de R\$45.000,00 mensais.

## **8) JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Não será adotado o parcelamento haja vista a possibilidade de elevado número de processos licitatórios, contratos, o que pode onerar o trabalho da Administração, sob o ponto de vista dos setores de Compras e Recursos Humanos e da dificuldade de controle, considerando a quantidade de funcionários no setor.

A separação do objeto pode ocasionar prejuízos à Administração, quando não houver o sincronismo dos fornecimentos a serem entregues no que se refere aos fluxos, que podem ser interrompidos por eventuais desarmonias entre os fornecedores, prejudicando o cronograma da Administração.

Assim, embora exista a possibilidade de separação dos itens, há um alto risco de prejuízo à eficiência da operação, e conseqüentemente a eficácia nos resultados pretendidos. Além disso, com a contratação de um único fornecedor é possível realizar o dimensionamento adequado do material necessário para a execução dos trabalhos, reduzindo perdas e ampliando a eficiência no processo.

Ademais, lidar com um único fornecedor diminui os problemas com os funcionários em relação a atendimento e um melhor controle mensal. Desse modo, a licitação deverá ser composta por um único grupo.

## **9) PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsão no item 25 do Plano de Contratações Anual de 2024, estando alinhado com o Planejamento da Administração.

## **10) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

10.1 - O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, consecutivos e ininterruptos, com possibilidade de prorrogação nos termos da Lei nº 14.133/21 contados a partir de sua assinatura.

### **10.2 - A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA CONSISTIRÁ EM:**

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresariais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedade por ações;
- d) Ato constitutivo, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- f) Registro de funcionamento, emitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, constando data de conclusão de expedição de alvará de funcionamento.
- g) Cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, a ser comprovado por meio de Declaração, sob as penas da lei, emitida pelo proponente,;
- h) A empresa deverá declarar que não foi considerada inidônea, sob as penas da Lei;
- i) A licitante fica obrigada a declarar, sob penalidades cabíveis, a inexistência de fatos impeditivos para habilitação, que deverá ser em papel timbrado, se possuir.

### **10.3 - A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA CONSISTE EM:**

a) O(s) atestado(s), deverão ser expedidos(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, em nome da licitante, assinado pelo representante legal da empresa, devidamente carimbado e datado que comprove a execução, para quaisquer das entidades mencionadas neste item, de serviços similares ao objeto desta licitação, em características.

**10.4 A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA CONSISTE EM:**

a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

a.1) Empresas que estejam em recuperação judicial, será exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital;

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período do ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA, publicado pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE, ou de outro indicador que o venha substituir. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis publicados em Diário Oficial ou publicadas em jornais ou por cópias ou fotocópias extraídas do Livro Diário – devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou outro órgão equivalente – inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

b. 1) Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b. 1.1) Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornais de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b. 1.2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os termos de abertura e de encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b. 1.3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº. 9.317/96 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”: por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b. 1.4) Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b.1.5) Caso a escrituração contábil seja na forma eletrônica, deverá estar de acordo com o disposto na Resolução CFC nº 1.299/10 e Instrução Normativa nº 107/08 do DNRC, devendo ser apresentado:

b.1.5.a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis transcritas no Livro Diário Eletrônico, com os respectivos termos de abertura e de encerramento;

b.1.5.b) Comprovante de entrega da Escrituração Contábil Digital ao SPED Contábil (Recibo de Entrega de Livro Digital);

b.1.6) Apresentação de Demonstrações Financeiras Completas, acompanhadas do Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras (Parecer de Auditoria) do último exercício. Entende-se como Demonstrações Financeiras Completas, conforme exigidas pelas normas contábeis expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, relativo ao Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.

b.17) Comprovação de Capital Social, totalmente registrado, integralizado e igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a permissão, relativo ao período de 12 (doze) meses, até a data fixada para a apresentação da proposta. Mediante Certidão de Breve Relato (Certidão Simplificada), expedida pela Junta Comercial ou órgão competente, devidamente atualizada ou do último instrumento de alteração contratual que comprove o Capital Social e composição societária atualizada.

b.18) A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através de cálculo de índices das demonstrações financeiras relativas aos exercícios em 31 de dezembro de 2023, apresentado pelo licitante.

## 11) LEVANTAMENTO DE MERCADO

Realizamos o levantamento de mercado através do site Painel de Preços, conforme documentos anexados.

Abaixo planilha contendo o órgão, empresa contratada, quantidade de vidas e valor do item:

ÓRGÃO	FORNECEDOR	QUANTIDADE DE VIDAS	VALOR DO ITEM
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA	AMIL ASSISTÊNCIA MEDICA INTERNACIONAL	223	R\$ 230.031,19
CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO	223	R\$ 263.400,00
CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO	300	R\$ 296.533,95

## 12) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após o levantamento dos valores, reconhece-se que a solução mais vantajosa para a FSA é a contratação da empresa que atenda preferencialmente na região de São Paulo, em especial na cidade de Santo André, onde a FSA está alocada e que atenda o que consta no PCA de 2024.

A contratação em tela visa dar continuidade às atividades que dão operacionalização e adequação à FSA em suas atribuições finalísticas, uma vez que, o convênio médico é de extrema necessidade e utilizado diariamente por cada colaborador.

## 13) DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação deseja-se adquirir um Plano de Saúde aos colaboradores com padrão de qualidade necessária para uma melhor qualidade de vida, reduzindo dessa maneira possíveis problemas de saúde aos seus titulares e dependentes e possíveis insatisfações com os atendimentos prestados pelo Convênio.

## 14) DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável e imprescindível a contratação pretendida.

,

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA**

À FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ , inscrita no CNPJ sob o nº .....com sede na (endereço completo)....., telefone ....., email.....,por seu representante abaixo assinado, pelo

Presente, formaliza sua proposta comercial relativa ao certame supracitado, nos seguintes termos:

Item	Unidade	Qtde	Especificação	Marca	Valor unitário	Valor mensal	Valor Total
							<b>Valor Global</b>

Declaramos que atendemos todas as condições previstas neste Edital e no Termo de Referência, e por fim, que nos foi previamente facultada a apresentação de quaisquer questionamentos e a plena ciência do objeto oferecido e suas especificações, inclusive de natureza técnica (se for o caso).

Declaramos, que assumimos inteira responsabilidade pelos valores aqui apresentados, bem como por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados, a qualquer tempo, na sua elaboração

Declaro que tenho conhecimento sobre todas as condições previstas no edital e em seus anexos.

Esta proposta inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como encargos, benefícios, despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza, assim como a abarca a condição de que o preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

Declaro, para os devidos fins que, estou ciente da necessidade de entregar os materiais em sua integralidade, bem como o pagamento será realizado de acordo com o que consta no termo de Referência, anexo a este Edital.

Local e data

Assinatura do Representante  
OBS: em papel timbrado da empresa

### **ANEXO III – MODELO OBRIGATÓRIO DE DECLARAÇÃO**

Eu, ( nome completo ), portador do RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, na qualidade de representante de , inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na , interessada em contratar com a Fundação Santo André, DECLARO, para os devidos fins e sob as penalidades legais, que a referida pessoa jurídica:

Se encontra em situação regular, inclusive perante o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, quanto a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

Atende as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do Parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual de São Paulo;

Não mantém em seus quadros trabalhadores em condições análogas à de escravo;

Não pratica atos de corrupção, se comprometendo a adotar as melhores práticas para sua prevenção e monitoramento; Inexiste fato impeditivo legal para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Local e data

Assinatura

OBS: em papel timbrado da empresa



**ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ**  
**(Processo de Compras nº 004/2024)**

**CONTRATO FSA Nº XXX/2024**

**TERMO DE CONTRATO PARA  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, COM  
REGISTRO NA ANS - AGÊNCIA  
NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR,  
ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS CONTINUADOS NA ÁREA DE  
ASSISTÊNCIA MÉDICA OU SEGURO  
SAÚDE, QUE CELEBRAM ENTRE SI A  
FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ E  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXX**

A Fundação Santo André, fundação pública de direito privado, com sede a Avenida Príncipe de Gales, nº 821, Santo André/SP – CEP 09060-650, inscrita no CNPJ sob o nº 57.538.696/0001-21, neste ato representada por seu Presidente, Prof. Dr. Rodrigo Cutri, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX.-XX, no uso de suas competências legais e estatutárias, doravante designado simplesmente CONTRATANTE e o (a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob nº ....., sediado(a) ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por .....(nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ....., e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ....mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, especializada na prestação de serviços **comuns** continuados na área de Assistência Médica ou Seguro Saúde, sem coparticipação dos empregados da FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ, para prestação/cobertura de serviços médico-hospitalares, na segmentação ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio diagnóstico, nas acomodações quarto para máximo 4 pacientes, com abrangência geográfica mínima no Município de Santo André-SP, garantindo atendimento integral, em casos de emergência e urgência em qualquer localidade no Estado de São Paulo ou procedendo o reembolso integral de despesas realizadas no âmbito estadual.

### 1.2. Objeto da Contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					

### 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital de Licitação;
- 1.3.3. A proposta do Contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

**2.1.** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, consecutivos e ininterruptos, contados a partir de sua assinatura, com possibilidade de prorrogação, conforme

Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições constantes no Termo de Referência.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

**5.1.** O valor unitário da contratação é de **R\$ xxxxxxxx (por extenso) por beneficiário**, resultando no valor mensal total de **R\$ xxxxxxxx (por extenso)**, perfazendo o **valor global para o período contratual de R\$ xxxxxxxx (por extenso)**.

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas, encargos decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3.** O valor total acima é meramente estimativo de forma que os pagamentos devidos ao contrato dependerão dos quantitativos fornecidos.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

**6.1.** A Fundação Santo André pagará mensalmente à Contratada, o valor correspondente ao somatório dos valores das mensalidades dos beneficiários ativos e as demais taxas dos serviços realizados durante o mês, quando houver;

**6.2.** O faturamento deverá ser emitido pela Contratada até o dia 30 de cada mês, onde deverá apresentar descrição completa dos valores cobrados, detalhada por beneficiário juntamente com a nota fiscal e boleto;

**6.3.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

**7.1.** Qualquer variação positiva na contraprestação pecuniária, seja reajuste financeiro ou técnico, deverá respeitar a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contados do início da vigência do contrato ou data do último reajuste, nos termos da Resolução Normativa RN Nº 195, de 14 de julho de 2009 e suas respectivas alterações ou outra nova que vier a substituí-la.

**7.2.** Reajuste Financeiro:

**7.3.** O reajuste Financeiro visa compensar as perdas decorrentes da inflação.

**7.4.** Os preços praticados no contrato serão reajustados financeiramente pelo índice divulgado pela ANS.

**7.5.** Reajuste Técnico:

**7.6.** O Reajuste Técnico visa à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial e será aplicável caso a sinistralidade do período de no mínimo 12 meses contados do início da vigência do contrato ou da última repactuação, quando a sinistralidade ultrapassar os 70% (setenta por cento).

**7.7.** O Índice de Sinistralidade, para efeito da revisão positiva da contraprestação pecuniária, será sempre o resultado da divisão total dos sinistros por data de atendimento pelo total de contraprestação pecuniária líquida cobrada durante o período de apuração. Se o IS se situar acima de 0,70 (setenta centésimos) ou 70% (setenta por cento), a contraprestação pecuniária será reajustada, conforme a seguinte fórmula:

$$IS = \Sigma Sa / \Sigma Pp \quad IR = IS / 0,70$$

Legenda :

IR = Índice de Reajuste.

IS = Índice de Sinistralidade.

0,70 = Índice Máximo de Sinistralidade.

Sa = Sinistros apurados pela contratada no período analisado.

Pp = Contraprestação pecuniária líquida paga à contratada no período analisado.

**7.8.** Caberá à Contratada a iniciativa revisional por Reajuste Técnico, cujo pedido deverá demonstrar, analiticamente, a elevação dos custos da variação dos serviços médico hospitalares e dos insumos utilizados na prestação dos serviços.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** São obrigações do contratante:

**8.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**8.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**8.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.7.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no presente Contrato e no Termo de Referência.

**8.8.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.9.** Cientificar o departamento de representação judicial da Fundação Santo André para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**8.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para boa execução do ajuste.

**8.10.1.** A Administração terá o prazo de 10 ( dez) dias úteis , a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**8.10.2.** Eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado serão respondidos pelo contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis

**8.11.** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.12.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos e subordinados.

**8.13.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**9.1.** O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.2.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data entrega, os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto, com devida comprovação;

**9.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.4.** Reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.6.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

**9.7.1.** Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social;

**9.7.2.** Certidão Conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

**9.7.3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou distrital do domicílio ou sede do contratado;

**9.7.4.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

**9.7.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**9.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**9.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**9.10.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**9.11.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



**9.12.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**9.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**9.14.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**9.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**9.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**9.17.** Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

**9.17.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**9.18.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**9.19.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

**9.20.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

**9.21.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.23.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.24.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS GARANTIAS**

**10.1.** O CONTRATADO apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total/anual do contrato de 12 meses de vigência.

**10.2.** A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**10.3.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto do item 10.4 deste contrato.

**10.4.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**10.5.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**10.5.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**10.5.2.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

**10.5.3.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

**10.6.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.5., observada a legislação que rege a matéria.

**10.7.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica no Banco xxxxxxxxxxxx.

**10.8.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**10.9.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do **artigo 827 do Código Civil**.

**10.10.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**10.11.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez.) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**10.12.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**10.12.1.** O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**10.12.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**10.13.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**10.14.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e , quando

em dinheiro, será atualizada monetariamente pelos índices da caderneta de poupança.

**10.15.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**10.16.** O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

**10.17.** A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**(Portaria da Presidência FSA - Nº 009/2024) :**

**Artigo 3º** - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

**I** - dar causa à inexecução parcial do contrato;

**II** - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**III** - dar causa à inexecução total do contrato;

**IV** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**V** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**VI** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**VII** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**VIII** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**IX** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**X** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**XI** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**XII** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Artigo 4º** - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no artigo 3º desta Portaria, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, as seguintes sanções:

**I** - advertência;

**II** - multa;

**III** - impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§1º** A aplicação das sanções previstas nos incisos do “caput” deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à FSA, tampouco a aplicação de outras penalidades previstas na legislação vigente.

**§2º** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do “caput” deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do “caput” deste artigo.

**§3º** As sanções previstas nos incisos do “caput” deste artigo constituem-se como autônomas, sendo que a aplicação de uma não exclui a da outra, vedada a ocorrência de “bis in idem”.

**§4º** As sanções previstas nos incisos III e IV do “caput” deste artigo requererão a instauração de processo de responsabilização, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021, e de acordo com o procedimento estabelecido nesta Portaria.

**§5º** A aplicação das sanções referidas nos incisos do “caput” deste artigo não impede a FSA de determinar a extinção unilateral do contrato.

**§6º** Nos termos do §5º deste artigo 4º desta Portaria, a extinção unilateral do contrato não impede que a FSA aplique as sanções previstas nos incisos do “caput” deste artigo

**Artigo 5º** - Na aplicação das sanções previstas no “caput” do artigo 4º desta Portaria serão considerados:

**I** - a natureza e a gravidade da infração cometida;

**II** - as peculiaridades do caso concreto;

**III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV** - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**V** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§1º** São circunstâncias agravantes da sanção:

**I** – o conluio com outro(s) licitante(s) para a prática da infração;

**II** - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

**III** – o objetivo de cometer fraude fiscal;

**IV** - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

**V** – a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

**VI** – a reincidência, considerada como a prática de nova infração no âmbito da FSA dentro do prazo de 5 (cinco) anos contados do trânsito em julgado administrativo da sanção anteriormente aplicada;

**VII** – a conduta estiver prevista no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;

**VIII** – a conduta causar prejuízo às atividades finalísticas prestadas pela FSA;

**IX** – no contrato de prestação de serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, deixar de realizar, quanto aos funcionários alocados no contrato, o pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, o recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), e o cumprimento das normas previstas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato.

**§2º** São circunstâncias atenuantes da sanção:

**I** – a falha escusável do licitante ou contratado;

**II** - a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

**III** - a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

**IV** - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da respectiva conduta;

**V** – a imediata reparação do dano ocasionado;

**VI** – a confissão dos fatos imputados;

**VII** - quando, por sua espontânea vontade, comunicar a irregularidade à FSA da qual ainda não haja conhecimento;

**VIII** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## **Seção I**

### **Da advertência**

**Artigo 6º** - A sanção de advertência prevista no inciso I do “caput” do artigo 4º desta Portaria será aplicada ao contratado pela infração ao inciso I do “caput” do artigo 3º da presente Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

## **Seção II**

### **Da multa**

**Artigo 7º** - A multa prevista no inciso II do “caput” do artigo 4º desta Portaria será aplicada ao responsável que praticar quaisquer das condutas previstas nos incisos do “caput” do artigo 3º da presente Portaria.

**Parágrafo único.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**Artigo 8º** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:



**I** - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

**II** - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

**III** - após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, convertendo-se, em consequência, em multa compensatória na forma do Parágrafo único do artigo 7º desta Portaria.

**§1º** Os prazos referidos nos incisos I a III deste artigo serão computados em dias corridos.

**§2º** Na impossibilidade de identificação do valor sobre a obrigação não cumprida, considerar-se-á o valor total do contrato, podendo o valor final ser reduzido proporcionalmente a critério do Presidente da FSA, fundamentadamente, salvo quando se tratar de:

**I** – serviço contínuo, cujo cálculo será o valor mensal do contrato;

**II** – obra ou serviço de engenharia, cujo cálculo será o valor da medição correspondente à mora.

**§3º** A critério da FSA, poderá ser previamente concedido prazo ao contratado para substituição ou correção do objeto.

**§4º** Quando o atraso injustificado se tratar da totalidade ou de parte do objeto, é facultado a FSA considerar, respectivamente, a inexecução total ou parcial do objeto, independente dos períodos previstos nos incisos do “caput” deste artigo 8º, bem como, em consequência, realizar a extinção unilateral do contrato com a aplicação da multa na forma do Parágrafo único do artigo 7º desta Portaria, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Portaria.

**§5º** A aplicação de multa de mora não impedirá que a FSA a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.

**Artigo 9º** - No caso de a multa aplicada mostrar-se excessivamente onerosa, desproporcional à gravidade da sanção ou ao porte do responsável, poderá o Presidente reduzi-la, fundamentadamente.

**Artigo 10** - A FSA reserva-se no direito de descontar das faturas, notas fiscais ou documento equivalente de cobrança os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas, sem prejuízo de efetuar a cobrança judicialmente.

**Parágrafo único.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela FSA ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 11** - As multas correspondem ao valor mínimo indenizatório no caso de perdas e danos.

### **Seção III**

#### **Do impedimento de licitar e contratar**

**Artigo 12** – A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no inciso III do “caput” do artigo 4º desta Portaria será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do “caput” do artigo 3º da presente Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Município de Santo André/SP, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

### **Seção IV**

#### **Da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**

**Artigo 13** - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar prevista no inciso IV do “caput” do artigo 4º desta Portaria será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do “caput” do art. 3º da presente Portaria, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do “caput” do referido artigo 3º que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a de impedimento de licitar e contratar referida no artigo 12 desta Portaria, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**12.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**12.3.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**12.4.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**12.5.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.5.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.5.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.5.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.6.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**12.6.1.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.6.1.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.6.1.3.** Indenizações e multas.

**12.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**12.8.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato,

ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios da Fundação Santo André do orçamento de 2024.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**15.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**16.1.** As partes se comprometem a observar, dentro de suas respectivas atividades, o disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados).

**16.2.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**16.3.** A Contratada declara ter ciência de que observará o disposto na Política de Privacidade da Contratante.

**16.4.** A Contratada poderá utilizar os dados pessoais, sensíveis ou não, exclusivamente para o cumprimento do objeto contratual.

**16.5.** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização.

**16.6.** Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, deverão ser observadas pela Contratada, ao longo de toda a vigência do contrato, todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais.

**16.7.** Eventual necessidade de utilização diversa dos dados pela Contratada deverá ser formalmente solicitada e devidamente justificada.

**16.8.** A responsabilidade civil de cada parte será compreendida dentre aquelas atribuídas a cada uma delas, observadas as obrigações, responsabilidades e atividades relativas ao objeto contratual.

**16.9.** A parte que der causa à eventual condenação, multa ou outra sanção aplicada à outra parte deverá assumir a obrigação imposta ou realizar o consequente ressarcimento.

**16.10.** A Contratada deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste Contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos

esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

**16.11.** Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018, a Contratada deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**16.12.** A Contratada conservará os dados exclusivamente pelo prazo estritamente necessário ao cumprimento do objeto contratual, responsabilizando-se por toda a segurança e controle de acesso aos dados cedidos pela Contratante.

**16.13.** A Contratante poderá solicitar à Contratada que informe o prazo específico em que será necessária a conservação dos dados.

**16.14.** Uma vez finalizado o objeto contratual, a Contratada compromete-se a eliminar os dados pessoais a que teve acesso dos terminais de acesso de seus funcionários e terceiros, bem como de servidores nacionais, internacionais ou em formato de computação em nuvem (cloud computing), respeitando o prazo máximo de 15 (quinze) dias, permanecendo responsável por toda a segurança e controle de acesso aos dados cedidos pela Contratante.

**16.15.** A Contratada deverá, sempre que possível, comprovar a remoção dos dados prevista neste item, preferencialmente de forma documental, devendo sempre informar à Contratante sobre a finalização de tais providências e encaminhar o(s) respectivo(s) documento(s), quando for o caso.

**16.16.** A Contratada se obrigará, após solicitação do titular dos dados, a confirmar a existência ou o acesso aos dados pessoais, em formato simplificado, imediatamente, ou por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento, observados os segredos comercial e industrial, fornecida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data do requerimento do titular, sempre cientificando a Contratante a respeito.

**16.17.** Caso um titular de dados pessoais solicite à Contratante ou à Contratada a remoção de seus dados pessoais de suas bases de dados, ela deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, devendo os dados serem excluídos dos terminais de acesso de seus funcionários e terceiros, bem como de servidores nacionais, internacionais ou em formato de computação em nuvem (cloud computing), cabendo, ainda, a imediata comunicação à outra parte.

**16.18.** A Contratante ou a Contratada, conforme o caso, deverá, sempre que possível, comprovar, preferencialmente por meio documental, a remoção dos dados prevista neste item, bem como informar à outra parte acerca de tal providência, com o encaminhamento do(s) documentos(s) pertinente(s), se for o caso.

**16.19.** Na hipótese de fornecimento de dados a terceiros para cumprimento de decisão administrativa ou judicial, ou para resposta a órgãos estatais competentes, a parte que compartilhar os dados – que deve se ater exclusivamente à obrigação imposta -- deverá comunicar formalmente a outra parte em até 3 (três) dias úteis.

**16.20.** É vedada a transferência de dados pessoais, pela Contratada, para fora do território do Brasil sem o prévio e formal consentimento da Contratante, e demonstração da necessidade da transferência ou compartilhamento, e a observância, pela Contratada, da adequada proteção desses dados, assim como o cumprimento de toda a legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

**16.21.** A Contratada deve notificar à Contratante, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a Contratante cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei Federal nº 13.709/2018.

**16.22.** A Contratada deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

**16.23.** A Contratada deve auxiliar a Contratante na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito da execução deste contrato.

**16.24.** A Contratada deve colocar à disposição da Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pela Contratante ou pessoa por ela indicada, em relação ao tratamento de dados pessoais.

**16.25.** O eventual descumprimento às disposições desta Cláusula por parte da Contratada a sujeitará às sanções disciplinadas no Contrato.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ANTICORRUPÇÃO**

**17.1.** Para a execução desta contratação, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a



aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

**18.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art.94 da Lei 14.133. de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art.91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e o art 8º, § 2º da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º ,§3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

**19.1.** Fica eleito o foro da Comarca do Município de Santo André / SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santo André, xx mês de 2024.

---

Prof. Dr. Rodrigo Cutri

Presidente da Fundação Santo André

---

CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

**1- Nome:**

CPF nº:

Assinatura:

**2- Nome:**

CPF nº:

Assinatura:

**ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**(ANEXO LC-01 – TCESP)**

**CONTRATANTE:** \_\_\_\_\_

**CONTRATADO:** \_\_\_\_\_

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):** \_\_\_\_\_

**OBJETO:** \_\_\_\_\_

**Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:**

**1. Estamos CIENTES de que:**

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – Cad TCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

Pelo  
contratante: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

**Cargo:** \_\_\_\_\_

**CPF:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Cargo:** \_\_\_\_\_

**CPF:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Cargo:** \_\_\_\_\_

**CPF:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Cargo:** \_\_\_\_\_

**CPF:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**FISCAL DO CONTRATO:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Cargo:** \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)